

História Cultural da Política*

Thomas Mergel**

“Cultura Política” versus “História Cultural da Política”

Em uma coletânea publicada em 1997, a qual se propunha a fazer um balanço da discussão em torno das alternativas representadas pela História Social renovada, por um lado, e pela Nova História Cultural, por outro lado, Hans Ulrich Wehler criticou esta última – a quem acusou de ser indefinida, que pairaria lá nas nuvens –, pois ela estaria avessa aos temas “duros”, como política, economia e desigualdade social. E seriam exatamente essas áreas que estariam a exigir uma ampliação histórico-cultural.¹ O nível em que o crítico-mor da Nova História Cultural estava afinado com o clima atual ficou evidenciado pela vivacidade com que, poucos anos depois, se desenvolveram os debates em torno da aplicação de enfoques histórico-culturais também a essas temáticas. Através do recurso a variados conceitos-chave – entre os quais alguns, em parte, apresentam um significado programático por si só –, espalhou-se uma ampla discussão em torno de um novo enfoque histórico-político, que evidenciava a insatisfação com as abordagens usuais da História Política.² Aquilo que essa discussão apresentou de novo

* O original deste artigo está publicado no site Docupedia – Zeitgeschichte ([Thomas Mergel](https://docupedia.de/zg/Kulturgeschichte_der_Politik?oldid=75525), Kulturgeschichte der Politik, Version: 1.0, in: Docupedia-Zeitgeschichte, 11. 2.2010, URL: https://docupedia.de/zg/Kulturgeschichte_der_Politik?oldid=75525). Como se vê, trata-se de uma versão atualizada em 11 de fevereiro de 2010. A tradução é de René E. Gertz (gertz@cpovo.net), e foi gentilmente autorizada pelos detentores dos direitos autorais do original. A presente tradução pode ser utilizada para fins não comerciais, desde que sejam citadas a fonte original e a fonte da tradução.

** Professor na Universidade Humboldt, Berlim.

¹ WEHLER, Hans-Ulrich. Kommentar. In: MERGEL, Thomas; e WELSKOPP, Thomas (eds.). *Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft*. Beiträge zur Theoriedebatte. Munique: C. H. Beck, 1997, p. 351-366 (aqui, em especial, p. 353).

² MERGEL, Thomas. Überlegungen zu einer Kulturgeschichte der Politik. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, vol. 28, n. 4, p. 574-606, 2002. [Versão portuguesa sob o título “Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política”. *História Unisinos*, São Leopoldo: UNISINOS, vol. 7, n. 8, p. 11-55, 2003]; FREVERT, Ute. Neue Politikgeschichte. In: EIBACH, Joachim; e LOTTES, Günther (eds.). *Kompass der Geschichtswissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 2002, p. 152-164.

foi a aplicação de abordagens com inspiração etnológica e semiológica ao campo da política, as quais eram determinantes do programa da Nova História Cultural.³

Da mesma forma que outras abordagens da Nova História Cultural, os defensores mais engajados de uma História Política com fundamentação histórico-cultural foram historiadoras e historiadores que se dedicam ao estudo do início de Era Moderna. Mas, além disso, foram representantes da história dos séculos XIX e XX que entraram nesse debate. Entre aqueles que se dedicam ao estudo da Antiguidade e da Idade Média, essa discussão, até hoje, praticamente não teve nenhuma repercussão – o que mostra que são, sobretudo, instituições políticas, como o Estado ou os partidos, que estão no centro dessa discussão.⁴

A maioria daqueles historiadores que se envolveram nesse debate destacou, de forma enfática, que não se tratava de trazer o conceito de “cultura política” para a Ciência Histórica.⁵ Esse conceito está ligado a uma discussão em outro contexto, que, muitas vezes, se confunde com o debate histórico-cultural. O conceito de “*political culture*” provém da pesquisa norte-americana a respeito de “*comparative politics*”, estreitamente vinculada aos nomes de Sidney Verba e Gabriel Almond, os quais, no início dos anos 1960, utilizaram enormes quantidades de dados para definir posicionamentos políticos nacionalmente diferenciados, procurando, com isso, por assim dizer, caracterizar o aspecto mental, habitual do processo político e das estruturas políticas.⁶ Levou quase 20 anos até que também na Alemanha esse conceito passasse a ser utilizado.⁷ Muitas vezes, ele teve uma conotação normativa, pretendendo, na verdade, dizer “política cultivada”.

³ Cf. DINGES, Martin. Neue Kulturgeschichte. In: EIBACH; e LOTTES (eds.), op. cit, 179-192; CHARTIER, Roger. New Cultural History. In: Ibid., p. 193-205.

⁴ Cf. ASCH, Ronald G.; e FREIST, Dagmar (eds.). *Staatsbildung als kultureller Prozess*. Strukturwandel und Legitimation von Herrschaft in der Frühen Neuzeit. Colônia: Böhlau, 2005.

⁵ É verdade que há exceções, pois, sobretudo por parte de pessoas ligadas a Wolfgang Reinhard, historiador que se dedica ao estudo do início da Era Moderna, em Freiburg, “cultura política” continua sendo encarada como uma abordagem válida. Cf. REINHARD, Wolfgang. Was ist europäische Kultur? Versuch zur Begründung einer politischen Historischen Anthropologie. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, vol. 27, n. 4, p. 593-616, 2001.

⁶ ALMOND, Gabriel A.; e VERBA, Sidney. *The civic culture*. Political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

⁷ Cf., sobretudo, IWAND, Wolf Michael. *Paradigma Politische Kultur*. Konzept, Methoden, Ergebnisse der Political Culture-Forschung in der Bundesrepublik. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 1985; BERG-SCHLOSSER, Dirk; e SCHISLER, Jakob (eds.). *Politische Kultur in Deutschland*. Bilanz und Perspektiven der Forschung. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1987.

Essa pesquisa sobre cultura política – que foi fortemente criticada em um artigo muito citado de Max Kaase, intitulado “Tentativa de pregar um pudim na parede”⁸ –, no entanto, tinha pouco em comum com o enfoque epistemológico e metodológico proposto pela Nova História Cultural, pois se preocupava, pura e simplesmente, com mentalidades e atitudes.⁹ Sem recorrer, de forma explícita, ao conceito de cultura, o cientista político norte-americano Murray Edelman também teve muita influência, ao colocar o aspecto simbólico da política no centro de suas pesquisas. Em seu livro *The symbolic uses of politics*, de 1964, apresentou simbolizações como sendo instrumentos de manipulação. Na definição de Edelman, símbolos são “substitutos de racionalidade”, e levam ao quietismo político.¹⁰ A política é construída como “espetáculo”, para desviar as massas das verdadeiras relações de poder.¹¹ Esse enfoque, por um lado, do ponto de vista teórico, era altamente normativo, mas, por outro lado, do ponto de vista metodológico, era, sem dúvida, atual – quando Edelman, por exemplo, analisou diversas “linguagens” políticas a partir de suas funções comunicativas –, e teve profunda influência sobre a pesquisa a respeito de política, durante muito tempo. Seguindo essa perspectiva, “política simbólica” transformou-se em sinônimo para “política inautêntica”. A pesquisa sobre a política transformou-se numa crítica da cultura.¹²

Para a difusão do conceito “cultura política” na Ciência Histórica alemã foi muito importante a tentativa de Karl Rohe em adaptá-lo para essa área. Rohe compreende “cultura política” como um “contexto carregado de referências de sentido, dentro do qual transcorre a prática de vida política de atores que agem, pensam e

⁸ KAASE, Max. Sinn oder Unsinn des Konzepts Politische Kultur für die Vergleichende Politikforschung, oder auch: Der Versuch, einen Pudding an die Wand zu nageln. In: KAASE, Max; e KLINGEMANN, Hans Dieter (eds.). *Wahlen und politisches System*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1983, p. 144-172.

⁹ No entanto, é preciso admitir que também na Ciência Política registraram-se, muito cedo, tentativas de incluir questões da ação simbólica e linguística nas investigações sobre política. Cf., por exemplo, SARCINELLI, Ulrich. *Symbolische Politik*. Zur Bedeutung symbolischen Handelns in der Wahlkampfkommunikation der Bundesrepublik. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1987. Para um apanhado geral sobre algumas tentativas na Ciência Política, cf. MERGEL, Thomas. Kulturwissenschaft der Politik: Perspektiven und Trends. In: JAEGER, Friedrich et al. (eds.). *Handbuch der Kulturwissenschaften*. Vol. 3: Themen und Tendenzen. Stuttgart: Metzler, 2004, p. 413-425.

¹⁰ EDELMAN, Murray. *The symbolic uses of politics*. Urbana: University of Illinois Press, 1964) (parcialmente publicado em alemão em EDELMAN, Murray. *Politik als Ritual*. Die symbolische Funktion staatlicher Institutionen und politischen Handelns. Frankfurt/M: Campus, 1976).

¹¹ EDELMAN, Murray. *Constructing the political spectacle*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

¹² Esse enfoque continua sendo defendido por VOIGT, Rüdiger (ed.). *Politik der Symbole, Symbole der Politik*. Opladen: Leske + Bundrich, 1989.

sentem, guiados por interesses”.¹³ O estudo de “cultura política” assim compreendida não se refere, portanto, a uma “política cultivada”, mas visa a compreender as condições sob as quais acontecem ações políticas. Ele, portanto, pergunta por um campo específico de temas: tradições e mentalidades políticas, pertencimentos de longo prazo e rotinas de ação internalizadas.

Aquilo que caracteriza a maioria das abordagens mais antigas é que elas se interessam por *temas* específicos que, até então, não foram levados em consideração pela História Política tradicional. Em contrapartida, a “História Cultural da Política”, tal como se desenvolveu desde o final dos anos 1990, compreende-se como um *método*. Partindo de uma compreensão específica de realidade, e contando com um determinado conjunto de formas de abordagem, ela pretende abarcar todos os campos do político, portanto, não só o contexto, mas também o agir propriamente político durante sua concretização, as instituições políticas durante seu funcionamento, as construções de estruturas e de processos políticos. Essa é, provavelmente, a verdadeira diferença frente à concepção de “cultura política”. História Cultural da Política pretende, com sua abordagem, diluir a diferença entre o “contexto” e a política “propriamente dita”, para abordar toda a política como um campo temático integral. É verdade que a busca pelas tradições de concepções e de socializações políticas, que, por exemplo, está presente nas investigações de Rohe sobre pesquisa eleitoral histórica, também marcou presença na História Cultural da Política que se desenvolveu, desde o início do novo século, na Alemanha – sobretudo aqui. Numa série de publicações, dentro de um espaço temporal pequeno, delineou-se um novo tipo de abordagem da História Política, a qual, internamente, apresentava grande número de diferenças, mas, mesmo assim, no detalhe, representa uma nova concepção de História Política, que, nos últimos anos, também deu origem a resultados empíricos muito relevantes.

Os pressupostos básicos da História Cultural da Política

¹³ ROHE, Karl. Politische Kultur und ihre Analyse. Probleme und Perspektiven in der Politischen Kulturforschung. *Historische Zeitschrift*, Munique: Oldenbourg, vol. 250, n. 2, p. 321-346, 1990 (a citação está na p. 333).

Está implícito em todas as considerações teóricas referentes à História Cultural da Política que – em consonância com as demais correntes da História Cultural – ela pressupõe o homem como um ser que produz e interpreta símbolos. Todo tipo de ação que se volta para alguém outro, isto é, a ação social – seja de que tipo for –, constitui, portanto, uma ação simbólica. Símbolos não são sinais inequívocos. Eles sempre indicam para correlações com vários significados. Por isso, tanto “objetos” simbólicos quanto ações simbólicas sempre exigem uma interpretação. E esse fato constitui a base para o conceito de comunicação utilizado pela História Cultural. Comunicação sempre representa uma ação interpretativa, que invariavelmente encerra dentro de si uma multiplicidade de significados. Instituições não constituem outra coisa do que uma ação comunicativa estabelecida através da repetição, durante um período longo. A polícia, por exemplo, garante autoridade e “ordem” executando ações repetitivas, esperadas pelos cidadãos, e faz afirmações que são entendidas por esses mesmos cidadãos como estabelecimento da autoridade. A polícia simboliza ordem estatal, e em suas formas de ação é possível identificar quão democrática ou cidadã é essa ordem estatal.

Que significa isso para a História Política? Em primeiro lugar, que a ação política é uma ação social como qualquer outra. Trata-se de uma ação comunicativa, e, como tal, ela é simultaneamente não inequívoca e interpretante. Historiadores culturais, por consequência, analisam a ação política, sobretudo, com vistas a verificar se e em que medida ela – como ação simbólica – produz, modifica, sustenta ou destrói ordenamentos. Em contraposição a enfoques tradicionais, historiadores culturais também pressupõem que, no campo da política, significados não existem “de antemão”, mas que eles são produzidos através de um processo comunicativo, e que só através da repetição (e da expectativa da repetição) se transformam em realidades compartilhadas.¹⁴ Algo parecido acontece com as instituições e as estruturas políticas, cuja realidade decorre de expectativas e de rotinas comunicacionais. Essa abordagem diferencia enfoques histórico-culturais de enfoques tradicionais na História Política. Estes últimos, por assim dizer, partem do pressuposto de que existem condições dadas, objetivas da ação política. Pode tratar-se de condicionamentos ditados pela geografia ou pela capacidade produtiva da economia. Aquilo que a História Cultural, porém, enfatiza

¹⁴ Berger e Luckmann falam de objetivações. Cf. BERGER, Peter L.; e LUCKMANN, Thomas. *Die gesellschaftliche Konstruktion der Wirklichkeit. Eine Theorie der Wissenssoziologie*. Frankfurt/M: Fischer, 1980 (1ª edição de 1966), p. 36 e segs. [Versão portuguesa: *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973].

é, sobretudo, o caráter construído dos recursos de ação política, como poder e dominação.

Nessa perspectiva, o conceito de política simbólica – diferente que em Edelman – não possui qualquer conotação pejorativa, ligada à ideia de manipulação. Pelo contrário, a política não pode ser pensada diferente do que no sentido de semânticas, formas de ação, formação de estruturas que devem abarcar coisas que não são inequívocas. Também a linguagem política é simbólica, e sempre transporta mais significados do que o receptor pode incorporar.¹⁵ Uma contraposição entre falar e agir só existe na aparência. A ação política quase sempre acontece na forma da fala – de maneira mais precisa: a versão das realidades políticas (existentes e desejadas) [sempre acontece] por meio da fala (e da escrita).¹⁶ Por isso, a análise de discurso possui um significado especial na História Cultural da Política. Linguagens políticas como sistemas de expressão de longa duração bem como batalhas semânticas atuais que se desenrolam no processo comunicativo permitem um acesso direto a conflitos políticos e a tomadas de posição, a pressupostos pré-existentes a respeito da política, e ainda a objetivos e a utopias políticas. A História dos Conceitos – muito difundida na Alemanha – deu, nesse sentido, uma grande contribuição para a História Cultural da Política.

É verdade que comunicação não se realiza somente através de palavras. A tradição de pesquisa na perspectiva político-cultural – em conexão com o *iconic turn* e o *performative turn* – levou a uma preocupação especial com as imagens, as formas da representação e do olhar na política. É aqui que as correlações com significados múltiplos aparecem da forma mais evidente; a capacidade de mobilização das imagens decorre do fato de não serem inequívocas – é pelo fato de que cada pessoa liga imaginários diferentes a certas imagens que pessoas podem congrega-se. É, sobretudo, em estudos sobre situações de mudança – como a Revolução Francesa e a ascensão do nazismo – que a iconografia política e, nos últimos anos, também a investigação sobre fenômenos performativos aparecem como importantes campos para uma História

¹⁵ MERGEL, Thomas. *Parlamentarische Kultur in der Weimarer Republik*. Politische Kommunikation, symbolische Politik und Öffentlichkeit im Reichstag. Düsseldorf: Droste, 2002; MERGEL, Thomas. “Sehr verehrter Herr Kollege”. Zur Symbolik der Sprache im Reichstag der Weimarer Republik. In: SCHLÖGL, Rudolf et al. (eds.). *Die Wirklichkeit der Symbole*. Grundlagen der Kommunikation in historischen und gegenwärtigen Gesellschaften. Konstanz: Universitätsverlag Konstanz, 2004, p. 369-394.

¹⁶ STEINMETZ, Willibald. “Sprechen ist eine Tat bei euch”. Die Wörter und das Handeln in der Revolution von 1848. In: DOWE, Dieter; HAUPT, Heinz-Gerhard; e LANGEWIESCHE, Dieter (eds.). *Europa 1848: Revolution und Reform*. Bonn: Dietz, 1998, p. 1089-1138.

Cultural da Política.¹⁷ Por causa desse destaque para a dimensão sensorial da política, a História Política, entretanto, também conquistou espaço na História da Mídia.¹⁸

Estudos que enfatizam que ações políticas e estruturas políticas são fenômenos simbólicos, construídos, não inequívocos produziram bons resultados empíricos, sobretudo, a respeito da história de espaços de comunicação política. Na história diplomática, Johannes Paulmann e, mais recentemente, Verena Steller investigaram os ordenamentos simbólicos e ritualísticos, mostrando que eles só aparentemente reproduzem os ordenamentos de poder dos Estados. Na verdade, ficou muito claro que eles ajudam a produzi-los.¹⁹ Willibald Steinmetz, Thomas Mergel e Heiko Bollmeyer analisaram parlamentos como conglomerados comunicativos, e, a partir de diversas metodologias e diferentes pressupostos teóricos, interpretaram a fala política como a única forma possível da ação política.²⁰ Frank Bösch analisou o ordenamento comunicativo na direção do partido União Demócrata Cristã, durante o governo Adenauer, demonstrando que o poder de Adenauer se construiu aqui de uma forma muito pragmática.²¹

O pressuposto de que a produção e a reprodução de estruturas sociais se concretizam durante a ação – ao contrário da concepção de sua pré-existência – leva a outro pressuposto que possui longa tradição no Historicismo alemão, mas que caíra num certo esquecimento em função da ascensão de uma Ciência Histórica orientada em estruturas – isto é, o pressuposto de que tudo (também aquilo que aparentemente é fixo) é histórico, e, por isso, deve ser historicizado. Isso vale, em primeiro lugar, para o próprio conceito de política. Em especial no contexto do grupo de pesquisa de Bielefeld

¹⁷ Entre os primeiros exemplos que vieram a determinar estilos, nesse campo, cf. HERDING, Klaus; e REICHARDT, Rolf. *Bildpublizistik der Französischen Revolution*. Die politische Symbolik in der revolutionären Bildpublizistik. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1989; PAUL, Gerhard. *Aufstand der Bilder*. Die NS-Propaganda vor 1933. Bonn: Dietz, 1990.

¹⁸ Cf., por exemplo, BÖSCH, Frank; e FREI, Norbert (eds.). *Medialisierung und Demokratie im 20. Jahrhundert*. Göttingen: Wallstein, 2006.

¹⁹ PAULMANN, Johannes. *Pomp und Politik*. Monarchenbegegnungen in Europa zwischen Ancien Régime und Erstem Weltkrieg. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2000; STELLER, Verena. *Diplomatie von Angesicht zu Angesicht*. Diplomatische Handlungsformen in den deutsch-französischen Beziehungen 1870-1919. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2011.

²⁰ STEINMETZ, Willibald. *Das Sagbare und das Machbare*. Zum Wandel politischer Entscheidungsspielräume: England 1780-1867. Stuttgart: Klett-Cotta, 1993; BOLLMEYER, Heiko. *Der steinige Weg zur Demokratie*. Die Weimarer Nationalversammlung zwischen Kaiserreich und Republik. Frankfurt/M: Campus, 2007; MERGEL, *Parlamentarische Kultur*, op. cit.

²¹ BÖSCH, Frank. Politik als kommunikativer Akt. Formen und Wandel der Gesprächsführung im Parteivorstand der fünfziger und sechziger Jahre. In: FÖLLMER, Moritz (ed.). *Sehnsucht nach Nähe*. Interpersonale Kommunikation in Deutschland seit dem 19. Jahrhundert. Stuttgart: Franz Steiner, 2004, p. 197-214.

intitulado “O político como espaço de ação dentro da História”, vem sendo aplicada a estratégia de analisar o próprio recurso conceitual de classificar cada vez mais objetos como “políticos” como uma estratégia política para conferir importância a temas e a decisões. De fato, é possível comprovar historicamente que os significados de “política”, tanto diacrônica quanto sincronicamente, podem variar muito, e que, desde a Revolução Francesa, o conceito sofreu uma constante ampliação.²² Por essa razão, uma definição transistórica de política só é possível se ela for formulada de maneira tão ampla quanto foi sugerido por Karl Rohe, isto é, como dimensão “na qual se negocia a problemática fundamental da ordem inerente a todas as associações sociais”.²³ Por essa razão, ideias e formas de ação políticas devem ser analisadas em seu significado histórico cambiante. Assim, a ideia de democracia sofreu mudanças constantes, desde o século XIX – de uma concepção homogeneizante de todos os iguais, para um modelo sistêmico político baseado no conflito. Conceitos como “igualdade” e “justiça” – enquanto cambiantes – fazem parte de uma história da política exatamente na mesma medida que configurações concretas de direitos de participação.²⁴ As próprias taxonomias e conceitualizações possuem a capacidade de produzir uma ativação política. Assim, por exemplo, a descrição dos indicadores de pobreza ou de saúde são fundamentais para motivar a atenção que o Estado lhes vai dar, bem como para a conquista de poder das organizações que se dedicam a essas políticas.²⁵

²² STEINMETZ, Willibald (ed.). *Politik*. Situationen eines Wortgebrauchs im Europa der Neuzeit. Frankfurt/M: Campus, 2007.

²³ DÖRNER, Andreas; e ROHE, Karl. Politikbegriffe. In: NOHLEN, Dieter (ed.). *Lexikon der Politik* (vol. 1). Munique: C. H. Beck, 1995, p. 453-458 (a citação está na p. 457). Na Alemanha, definições antagonistas possuem longa tradição, que se reflete em semânticas do tipo “em cima/embaixo”, “amigo/inimigo”, “nós/eles”, e que foram estatuídas por Carl Schmitt como conceitos inabaláveis de política. Cf. a dura crítica a respeito em KÄSLER, Dirk. Freund versus Feind, Oben versus Unten, Innen versus Aussen. Antagonismus und Zweiwertigkeit bei der gegenwärtigen soziologischen Bestimmung des Politischen. In: BERG-SCHLOSSER, Dirk et al. (eds.). *Politikwissenschaftliche Spiegelungen. Ideendiskurs – institutionelle Fragen – Politische Kultur und Sprache* (Festschrift für Theo Stammen). Opladen: Westdeutscher Verlag, 1998, p. 174-189. Mas devemos localizar essa definição dentro de uma vivência política especificamente alemã. Outras compreensões de política, como a que aparece em Hannah Arendt, por exemplo, ou aquela que foi mostrada por J. G. A. Pocock na tradição política atlântica desde o início da Era Moderna, abarcam campos e formas de ação do político muito diferentes, e se orientam muito mais no senso comum. Para perspectivas de comparação internacional, cf., sobretudo, LEONHARD, Jörn. Politik – ein symptomatischer Aufriss der historischen Semantik im europäischen Vergleich. In: STEINMETZ (ed.), *Politik*, op. cit., p. 75-133.

²⁴ Isso foi demonstrado, sobretudo, pela história da prática eleitoral. Cf. a respeito KÜHNE, Thomas. *Dreiklassenwahlrecht und Wahlkultur in Preussen 1867-1914*. Landtagswahlen zwischen korporativer Tradition und politischem Massenmarkt. Düsseldorf: Droste, 1994; ANDERSON, Margaret Lavinia. *Lehrjahre der Demokratie*. Wahlen und politische Kultur im Deutschen Kaiserreich. Stuttgart: Franz Steiner, 2009.

²⁵ Cf. WEIDNER, Tobias. Gesundheitspolitik – möglichst unpolitisch. Die Politik der Mediziner von 1848 bis zur Bundesrepublik. In: STEINMETZ (ed.), *Politik*, op. cit., p. 362-394.

Da mesma forma, é possível demonstrar que a politização ativa de temas – a criação eficiente de uma valorização coletiva e de uma demanda por ação – pode levar a que objetos até então atribuídos ao âmbito privado sejam transformados em algo importante para a coletividade, isto é, a política. É possível mostrá-lo no caso da política de gênero. Da mesma forma, porém, pode-se citar o caso da religião e de sua despolitização ativa, que levou ao desmonte de conflitos.²⁶

Diferenciações internas e crítica

A História Cultural da Política não deixou de receber críticas. Às vezes, pareceu que havia dois territórios claramente diferenciados. Mas não é o caso. Por um lado, não há dúvida de que dentro do próprio paradigma existem abordagens inequivocamente diferentes, fato que se pode constatar pela própria variedade de nomenclaturas. O conceito de “História Cultural do Político” [*Kulturgeschichte des Politischen*] é preferido por aqueles que entendem que da “política” fazem parte diferentes objetos a serem historicizados, e que estabelecem a desconstrução dessa massa conceitual como seu programa.²⁷ Contra essa concepção, foi apresentado o argumento de que “o político” seria uma expressão muito vaga e cambiante, expressão que seria herdeira de um sentido difícil de ser descartado, pois com origem em Carl Schmitt. A própria forma vocabular – um adjetivo substantivado – conferiria ao objeto uma ênfase específica. “‘O político’ adquire, dessa forma, uma importância que, do ponto de vista semântico, se assemelha a formulações como ‘o bom, o verdadeiro, o bonito’, ou então ‘o social’”.²⁸ O conceito de “História Cultural do Político” também é criticado por muitos porque representaria uma estratégia para definir novos temas, para, por outro lado, abandonar os temas tradicionais à “velha” História Política. Como, nesta abordagem,

²⁶ Cf. FREVERT, Ute; e HAUPT, Heinz-Gerhard (eds.). *Neue Politikgeschichte*. Perspektiven einer historischen Politikforschung. Frankfurt/M: Campus, 2005.

²⁷ Cf. os diversos textos em STOLLBERG-RILINGER (ed.), *Kulturgeschichte des Politischen*, op. cit. Incluem-se aí também aqueles que preferem como marca registrada a expressão “Nova História Política”. Cf. FREVERT, Ute. *Neue Politikgeschichte*. Konzepte und Herausforderungen. In: FREVERT; e HAUPT (eds.), *Neue Politikgeschichte*, op. cit., p. 7-26.

²⁸ MERGEL, Thomas. *Wahlkampfgeschichte als Kulturgeschichte*. Konzeptionelle Überlegungen und empirische Beispiele. In: STOLLBERG-RILINGER, Barbara (ed.). *Was heisst Kulturgeschichte des Politischen?* Berlin: Duncker & Humboldt, 2005, p. 255-276.

tendencialmente, tudo deveria ser classificado como “político”, desapareceria aquilo que é peculiar da abordagem histórico-cultural, pois encoberto pela história de variados tipos de comunicação e de simbolismo, ostentando a autoqualificação de “político”.

Em contraposição, a “História Cultural da Política” aposta, muito mais, numa compreensão de História Cultural como um método. Ela não tenta apenas encontrar novas histórias, mas também relatar de forma nova as histórias antigas. Com essa intenção, a História Cultural da Política se refere, de forma proposital, a compreensões pré-existentes daquilo que deve ser entendido como político – pretende-se abrir novas perspectivas. Ela se preocupa, em primeiro lugar, com ações e instituições políticas tradicionais, tentando colocá-las sob novas luzes, mediante questionamentos histórico-culturais.

Por outro lado, no entanto, também aqueles que estão mais afinados com a História Política tradicional recorrem a métodos e a questionamentos típicos de uma abordagem histórico-cultural. Assim, Bernhard Löffler submeteu sua própria história institucional do ministério da fazenda durante o governo de Ludwig Erhard a uma frutífera releitura de inspiração histórico-cultural.²⁹ A investigação sobre linguagens políticas possui uma longa tradição na Alemanha, e também historiadores que não se dizem adeptos do paradigma histórico-cultural trabalham com isso.³⁰ Andreas Rödder chamou a atenção para o fato de que justamente o destaque dado à compreensão do sentido (contingente), da interpretação, possui uma longa tradição, que, no caso da Alemanha, estaria vinculada ao nome de Hans-Georg Gadamer.³¹ No mesmo volume, Eckart Conze defende a historicização de conceitos como “Estado” e “sistema de Estados”.³²

Essa sobreposição faz com que dificilmente ocorram críticas profundas, mesmo de parte daqueles que prezam a História Política tradicional. Quando isso acontece, costumam insistir que o poder – e a força que o sustenta – não é passível de uma

²⁹ LÖFFLER, Bernhard. Moderne Institutionengeschichte in kulturhistorischer Erweiterung. Thesen und Beispiele aus der Geschichte der Bundesrepublik Deutschland. In: KRAUS, Hans-Christof; NICKLAS, Thomas (eds.). *Geschichte der Politik*. Alte und neue Wege. Munique: Oldenbourg, 2007 (separata n. 44 de *Historische Zeitschrift*), p. 155-180.

³⁰ NICKLAS, Thomas; e SCHNETTGER, Matthias (eds.). *Politik und Sprache im frühneuzeitlichen Europa*. Mainz: Zabern, 2007.

³¹ RÖDDER, Andreas. Sicherheitspolitik und Sozialkultur. Überlegungen zum Gegenstandsbereich der Geschichtsschreibung des Politischen. In: KRAUS; e NIKLAS (eds.), *Geschichte der Politik*, op. cit., p. 95-125 (a citação está nas p. 106 e segs.).

³² CONZE, Eckart. Jenseits von Männern und Mächten. Geschichte der internationalen Politik als Systemgeschichte. In: KRAUS; e NIKLAS (eds.), *Geschichte der Politik*, op. cit., p. 41-66.

abordagem exclusivamente histórico-cultural.³³ Existiriam – por assim dizer – coisas “por trás” da História, coisas não historicizáveis, e sem possibilidade de acesso simbólico. Esse tipo de abordagem essencialista, porém, não parece mais muito convincente, mesmo entre grupos metodologicamente conservadores. Entre representantes da História Social, que se haviam colocado contra a História do Cotidiano e a Antropologia Histórica, em cuidadosa polêmica, as abordagens histórico-culturais no campo da política foram, simplesmente, ignoradas, apesar de que Hans Ulrich Wehler tivesse dito que a “mole” História Cultural era muito inferior à “dura” História Social, em especial na sua versão da História da Sociedade (coisa que não surpreende).³⁴ Isso talvez tenha a ver com o fato de que a própria História Social, em sua época, tenha recebido a crítica de ser uma “*history ... with the politics left out*”.³⁵

Aquilo que restou foi certa infiltração – raramente tematizada –, que atribuía à História Cultural os temas mais moles, reservando, porém, os temas mais duros, como processos decisórios, conflitos de interesse ou violência, para abordagens mais convencionais, as quais, por exemplo, conseguiriam focar melhor os interesses “por trás” da política. Bernd Weisbrod – que costuma mostrar-se receptivo a concepções analíticas que envolvem mídia e representação – destacou que haveria limites para a comunicação, os quais justificariam perguntar também pelos limites do político.³⁶ Em muitas críticas, transparece uma pressuposição implícita que entende ações comunicativas como comunicações *bem-sucedidas*, e imagina que a História Cultural da Política opera com um pressuposto otimista da política, subestimando as condições antagonísticas, o caráter agressivo e violento que a política, muitas vezes (os schmittianos diriam: *sempre*), assume. Mas esta é uma visão errada, pois também uma comunicação malsucedida, ou uma comunicação que não visa ao entendimento (já que também o ódio constitui uma comunicação, nesse sentido), necessita de uma contraparte, de alguém que esteja do outro lado. A História Cultural da Política não está interessada em “boa” política, ignorando os aspectos ruins; ela, pelo contrário, se

³³ Cf. KRAUS, Hans-Christof; e NIKLAS, Thomas. Einleitung. In: Kraus; e NIKLAS (eds.), *Geschichte der Politik*, op. cit., p. 1-12 (a citação está na p. 4).

³⁴ WEHLER, Hans-Ulrich. Das Duell zwischen Sozialgeschichte und Kulturgeschichte. *Francia*, Paris: Deutsches Historisches Institut Paris, vol. 28, n. 3, p. 103-110, 2001.

³⁵ TREVELYAN, George M. *English Social History*. A survey of six centuries from Chaucer to Queen Victoria. Londres: Longman's Green and Co., 1942, p. VII.

³⁶ WEISBROD, Bernd. Das Politische und die Grenzen der Kommunikation. In: MÜNKEL, Daniela; e SCHWARZKOPF, Jutta (eds.). *Geschichte als Experiment*. Studien zu Politik, Kultur und Alltag im 19. Jahrhundert. Festschrift für Adelheid von Saldern. Frankfurt/M: Campus, 2004, p. 99-112.

preocupa bem mais que outras abordagens com o estabelecimento e com as formas de funcionamento de ações políticas e de estruturas políticas.

É verdade que aqui transparece um problema que também foi abordado nas considerações teóricas em torno da História Cultural da Política: existem limites sistêmicos dessa abordagem? A ameaça direta com violência, por parte do poder político, o exercício da violência embutido na *ratio* da política, não constituem um limite para a preocupação da História Cultural com símbolos e com semânticas? É verdade que “violência não fala” (Jan Philipp Reemtsma)? A resposta dos historiadores culturais é dupla.³⁷

Em primeiro lugar, efetivamente existem limites para aquilo que é dizível – isso, porém, não constitui peculiaridade da violência, mas é parte constitutiva sistemática da comunicação. A pergunta sobre que se fala implica, por si só, a pergunta sobre que não se fala ou pode falar, sobre aquilo em relação a que se faz de conta como se não existisse. Violência sempre significa algo: quem parte para a ação, grita ou recorre às armas, dificilmente pode ser acusado de não ter agido. Mas a violência, na maioria dos casos, é um assunto historicamente eficaz somente quando se fala a respeito dela, quando ela é fixada em imagens, quando produz medo, e quando produz traumas por ter sido tematizada. Em resumo, também a violência só se transforma em política quando se fala a seu respeito. É óbvio que existem miríades de assassinados pelo stalinismo, e por outros regimes violentos, os quais não possuem nome, de quem nunca se falou, assassinados que não estão mais presentes em sociedades, e que, mesmo assim, são reais. Mas eles se transformam em fenômenos políticos somente quando são incluídos em discursos, como assassinados, ausentes, vítimas.

Em segundo lugar, a própria violência constitui um fenômeno histórico. Da mesma forma que a dor, ela não representa um fenômeno diretamente antropológico e incontornável. Longos períodos da História se caracterizam por uma normalidade da violência que a pós-modernidade desconhece – não a modernidade, como mostram as muitas pesquisas sobre colonialismo e sobre genocídio. O mundo atual se caracteriza por uma estigmatização da violência, que se manifesta politicamente nos debates em torno de cada nova intervenção no Afeganistão bem como na condenação de professores

³⁷ Cf. BABEROWSKI, Jörn. Gewalt verstehen. *Zeithistorische Forschungen/Studies in Contemporary History*. Edição online, vol. 5, n. 1, 2008: <http://www.zeithistorische-forschungen.de/16126041-Baberowski-1-2008> (acessado em 3/2/2010).

que surram seus alunos. A relação entre política e violência – e este é o ponto – é historicamente cambiante. Analisar isso constitui, portanto, tarefa de uma História Cultural da Política.

Deve-se admitir que com a discussão em torno de uma História Cultural da Política não iniciou nenhuma era totalmente nova. Antes dela, já havia pesquisas que formularam questões semelhantes, e apresentaram perspectivas semelhantes de interpretação.³⁸ Mas a discussão teórica e metodológica dos últimos 10 anos tornou mais preciso o arsenal metodológico, e trouxe uma consciência mais clara das continuidades e das rupturas em relação aos enfoques mais antigos da História Política. A História Cultural da Política – quando entendida como método – pode apresentar, hoje em dia, uma alternativa às histórias políticas tradicionais. Nesse empreendimento, tanto a descoberta de novos temas quanto a narrativa das antigas histórias através de uma nova forma produzirão bons frutos. Tudo indica que também para aqueles enfoques que, de forma expressa, se consideram (metodologicamente) conservadores não será fácil continuar trabalhando sem recorrer a questionamentos do arsenal da História Cultural. Este é um processo que está acontecendo de forma muito semelhante ao da aproximação dos enfoques da História Social – esta também surgira como um esboço alternativo, mas acabou se infiltrando, flexível e insinuante, em enfoques tradicionais, modernizando-os, por sua vez. Chama a atenção o fato de que – diferentemente da disputa em torno da História Social – a discussão histórico-cultural está se processando, em grande parte, sem a formação de campos políticos. Isso é muito bom, pois mostra que se trata de uma discussão teórico-epistemológica e metodológica, e não de uma discussão política com aparência teórica.

Bibliografia recomendada

HAUPT, Heinz-Gerhard; e FREVERT, Ute (eds.). *Neue Politikgeschichte. Perspektiven einer historischen Politikforschung*. Frankfurt/M: Campus, 2005. ISBN 3-593-37735-7.

³⁸ Por exemplo, DÖRNER, Andreas. *Politischer Mythos und symbolische Politik*. Der Hermann-Mythos. Zur Entstehung des Nationalbewusstseins im Deutschen Reich. Hamburgo: Reinbek, 1996; STEINMETZ, *Das Sagbare und das Machbare*, op. cit.

KRAUS, Hans-Christof; e NICKLAS, Thomas (eds.). *Geschichte der Politik*. Alte und neue Wege. Munique: Oldenbourg, 2007. ISBN 3-486-64444-0.

MERGEL, Thomas. Überlegungen zu einer Kulturgeschichte der Politik. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, vol. 28, n. 4, p. 574-606, 2002. [Versão portuguesa sob o título “Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política”. *História Unisinos*, São Leopoldo: UNISINOS, vol. 7, n. 8, p. 11-55, 2003].

REINHARD, Wolfgang. Was ist europäische politische Kultur? Versuch zur Begründung einer politischen Historischen Anthropologie. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, vol. 27, n. 4, p. 593-616, 2001.

ROHE, Karl. Politische Kultur und ihre Analyse. Probleme und Perspektiven in der Politischen Kulturforschung. *Historische Zeitschrift*, Munique: Oldenbourg, vol. 250, n. 2, p. 321-346, 1990.

STOLLBERG-RILINGER, Barbara (ed.). *Was heisst Kulturgeschichte des Politischen?* Berlin: Duncker & Humboldt, 2005. ISBN 3-428-11868-5.

*

Forma de citação: MERGEL, Thomas. Kulturgeschichte der Politik (versão 1.0). In: Docupedia-Zeitgeschichte, 11/2/2010. URL: http://docupedia.de/zg/Kulturgeschichte_der_Politik

*

Condições de uso deste artigo: Copyright © 2011 Clio-online e. V. e autor. Todos os direitos reservados. Esse trabalho surgiu no âmbito do projeto Clio-online “Docupedia-Zeitgeschichte”, e pode ser multiplicado e publicado mediante autorização dos detentores dos direitos autorais. Pedese fazer contato com: Clio. redaktion@geschichte.hu-berlin.de